

# LEI MUNICIPAL N°. 10/2017

EMENTA: READEQUA OS PROGRAMAS SOCIAIS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DO MUNICÍPIO DE AMARAJI, CONCEDIDOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AMARAJI, Estado de Pernambuco,** no uso de suas atribuições legais, especialmente conferidas pela Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado de Pernambuco e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Seção I Da Definição**

**Art. 1º.** Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, de morte, situações de vulnerabilidade temporária, desastre e/ou de calamidade pública.

**Parágrafo único.** Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos.

### **Seção II Dos Princípios dos Benefícios Eventuais**

**Art. 2º.** Os benefícios eventuais devem atender, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, aos seguintes princípios:

**I** - integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas humanas;

**II** - constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;

**III** - proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;

**IV** - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

**V** - garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

**VI** - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e a fruição dos benefícios eventuais;

**VII** - afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;

**VIII** - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

**IX** - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a Política de Assistência Social.

### **Seção III**

#### **Da Forma de Concessão dos Benefícios Eventuais**

**Art. 3º.** Os benefícios eventuais poderão ser concedidos na forma de:

**I** - em espécie, com bens de consumo;

**II** - em pecúnia, apenas o auxílio moradia.

**Parágrafo único.** A concessão dos benefícios eventuais poderá ser cumulada, conforme o caso, dentre as formas previstas deste artigo.

**Art. 4º.** As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

**Parágrafo único** - Não se constituem, dentre outros, como benefícios eventuais aqueles de natureza médica ou de amparo à saúde, a exemplo de:

**I** - concessão de medicamentos;

**II** - concessão de órtese e prótese;

**III** - tratamento de saúde fora de domicílio;

**IV** - cadeiras de rodas;

**V** - muletas;

**VI** - óculos;

**VII** - outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de tecnologia assistiva;

**VIII** - pagamento de exames médicos;

**IX** - leites e dietas específicas;

**X** - fraldas descartáveis.

**Seção IV**  
**Dos Beneficiários em Geral**

**Art. 5º.** O benefício eventual destina-se aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a integridade ou sobrevivência de seus membros.

§ 1º. O critério de renda mensal *per capita* familiar para concessão dos benefícios dispostos nessa lei deve ser igual ou inferior a R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais).

§ 2º. Considera-se Família para efeito da avaliação da renda *per capita* o núcleo básico, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno de relações de geração, gênero e homo afetiva que vivem sob o mesmo teto (LOAS/ NOB-SUAS).

§ 3º. O critério disposto no §1º. deste artigo deve ser aplicado para concessão de todo e qualquer benefício disposto nesta lei, ressalvado os casos em que haja Parecer Social que justifique situação extraordinária que justifique a concessão do benefício eventual.

§ 4º. Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

**CAPÍTULO II**  
**DAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

**Seção I**  
**Da Classificação**

**Art. 6º.** No âmbito do Município de Amaraí-PE, os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes modalidades:

**I** - auxílio natalidade;

**II** - auxílio por morte;

**III** - auxílio moradia em situações de vulnerabilidade temporária;

**IV** - auxílio moradia em situações de desastre e calamidade pública;

**V** - auxílio de bens de consumo de primeira necessidade;

### **Seção II**

#### **Da Documentação**

**Art. 7º.** A ausência de documentação pessoal, não será motivo de impedimento para a concessão do benefício, devendo a Secretaria de Desenvolvimento Social no que compete a esta, adotar as medidas necessárias ao acesso do indivíduo e suas famílias à documentação civil e demais registros para a ampla cidadania do mesmo.

### **Seção III**

#### **Do Auxílio Natalidade**

#### **Subseção I**

##### **Da Definição**

**Art. 8º.** O benefício eventual, na modalidade de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

**Art. 9º.** O alcance do auxílio natalidade é destinado à família e atenderá as necessidades do nascituro.

#### **Subseção II**

##### **Das Formas de Concessão**

**Art. 10.** O auxílio natalidade será concedido na forma de bens de consumo.

§ 1º. O auxílio natalidade será concedido, preferencialmente, mediante fornecimento dos bens de consumo.

§ 2º. Define-se como bens de consumo para efeitos do §1º. deste artigo o enxoval para o recém-nascido que consiste em itens de vestuário; alimentação, desde que comprovada à impossibilidade da mãe realizar o aleitamento materno; móveis e utensílios para alimentação e de higiene; dentre outros constantes de parecer assistencial, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 3º. Na impossibilidade de serem fornecidos os bens de consumo, em valor não superior a R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

**Art. 11.** Os beneficiários do auxílio natalidade serão cadastrados na Secretaria de Desenvolvimento Social e deverão apresentar documentos de identificação e comprovação dos critérios para a percepção do auxílio de que trata esta seção, a saber:

**I** - Carteira de Identidade ou documentação equivalente e CPF do requerente;

**II** - Comprovante de residência no Município de Amaraji-PE, por meio de conta de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei, se houver;

**III** - Comprovante de renda pessoal, se houver;

**IV** - Certidão de Nascimento do recém-nascido, se houver, ou documento expedido pela Secretaria Municipal de Saúde do registro de nascimento;

**V** - Cartão de Vacinação.

§ 1º. Nos casos em que o benefício disposto no art.8º. desta lei for solicitado antes do nascimento, o responsável deverá apresentar cartão do pré-natal, indicando que está no 8º (oitavo) mês gestacional e que encontra-se em dias com os exames e demais procedimentos realizados no pré-natal.

§ 2º. Na ausência do documento que trata o § 1º deste artigo, só poderá ser concedido o auxílio natalidade mediante Parecer Social.

#### **Seção IV Do Auxílio por Morte**

##### **Subseção I Da Definição**

**Art. 12.** O benefício eventual, na modalidade auxílio por morte, constitui-se em uma prestação de assistência social, na forma de bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Parágrafo único- o beneficiário que trata o *caput* deste artigo deverá ter parentesco de até 3º grau com o membro da família que faleceu.

##### **Subseção II Das Formas de Concessão**

**Art. 13.** O auxílio será concedido na forma de bens de consumo a ser custeado no valor máximo de até R\$ 1.874,00 (hum mil oitocentos e setenta e quatro reais), compreendendo o custeio ou fornecimento de urna funerária, velório e demais despesas de sepultamento.

##### **Subseção III Dos Critérios Específicos**

**Art. 14.** O auxílio por morte será assegurado às famílias que comprovem residir no Município de Amaraji-PE.

**Art. 15.** As famílias beneficiárias deverão apresentar os seguintes documentos:

**I** - Carteira de Identidade ou documentação equivalente e o CPF do requerente;

**II** - Comprovante de renda, se houver;

**III** - Comprovante de residência no Município de Amaraji-PE, tais como: conta de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei;

**IV** - Certidão de Óbito;

**V** - Documentos de identificação do de cujus, se houver.

#### **Seção IV**

#### **Do Auxílio Moradia para pessoa em Situação de Vulnerabilidade Temporária**

#### **Subseção I**

#### **Definição**

**Art. 16.** O Auxílio Moradia para pessoa em situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se como uma provisão provisória de assistência social, prestada na forma de pecúnia.

**Art. 17.** A vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

**I** - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

**II** - perdas: privação de bens e de segurança material;

**III** - danos: agravos sociais e ofensa.

**Parágrafo único** - Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:



- a) ausência de acesso a condições e meios para suprir a necessidade cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente de alimentação;
- b) situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo a seus filhos;
- c) perda circunstancial decorrente de ruptura e vínculos familiares e comunitários;
- d) presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça a vida;
- e) outras situações sociais que comprometam a sobrevivência e a convivência familiar e comunitária.

#### **Subseção II Dos Beneficiários**

**Art. 18.** Os beneficiários do auxílio de que trata o art. 19, *caput* desta lei são as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

#### **Subseção III Da Finalidade**

**Art. 19.** O auxílio moradia visa suprir situações de riscos, perdas e danos imediatos que impeçam o desenvolvimento e a promoção sócio-familiares, possibilitando o fortalecimento dos vínculos familiares e garantir a inserção comunitária.

#### **Subseção IV Forma de Concessão**

**Art. 20.** O auxílio que trata o art.16, *caput* desta lei deverá ser concedido mensalmente em pecúnia no valor máximo de R\$ 468,50 (quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

**Parágrafo único** - o valor a ser estipulado será devidamente motivado através do Parecer Social expedido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, levando em consideração a quantidade de membros da família.

**Subseção V**  
**Dos Critérios Específicos**

**Art. 21.** O beneficiário do auxílio moradia deverá cumprir os seguintes requisitos:

**I** - residir, comprovadamente no Município de Amaraji-PE há pelo menos 01(um) ano;

**II** - encontrar-se desabrigado ou não ter condições de manter-se em sua moradia sem o auxílio.

**§ 1º.** O beneficiário perceberá o auxílio mediante relatórios substanciados de acompanhamento elaborado pela equipe técnica, enquanto perdurar a situação de vulnerabilidade, sem desconsiderar o caráter temporário e eventual deste benefício.

**§2º.** Para concessão deste auxílio deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**I** - Certidão de Pessoa Física;

**II** - Registro Geral de Pessoa Física;

**III** - Comprovante de Residência, se houver;

**IV** - Comprovante de Renda Familiar, substituível por declaração e Parecer Social;

**V** - Contrato de Aluguel.

3º - Os beneficiários do auxílio que trata o art. 16, deverão apresentar mensalmente o recibo do pagamento do aluguel, sob pena de suspensão do benefício.

## **Seção V**

### **Do Auxílio Moradia em Situação de Desastre e/ou Calamidade Pública**

#### **Subseção I**

##### **Definição**

**Art. 22.** O auxílio moradia em situação de desastre e/ou calamidade pública é uma provisão de assistência social, prestada para suprir a família e o indivíduo na eventualidade dessas condições, de modo a assegurar-lhe a sobrevivência e abrigo.

**Parágrafo único** - A situação de calamidade pública é o reconhecimento pelo poder público de eventos anormais, advindos de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos a comunidade afetada, inclusive a segurança ou a vida de seus integrantes, e outras situações de calamidade.

#### **Subseção II**

##### **Dos Beneficiários**

**Art. 23.** Os beneficiários deste auxílio são as famílias e indivíduos vítimas de situações de desastre e/ou de calamidade pública, os quais se encontrem impossibilitados de arcar por conta própria com o restabelecimento para a sobrevivência digna da família e de seus membros.

#### **Subseção III**

##### **Forma de Concessão**

**Art. 24.** O auxílio moradia em situação de desastre e/ou calamidade pública deverá ser concedido em pecúnia no valor

máximo de R\$ 468,50 (quatrocentos e sessenta e oito e cinquenta).

**Parágrafo único** - O valor a ser estipulado será devidamente motivado através do Parecer Social expedido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, levando em consideração necessariamente a quantidade de membros da família.

#### **Subseção IV Dos Critérios Específicos**

**Art. 25.** O beneficiário do auxílio moradia em situação de desastre e/ou calamidade pública deverá cumprir os seguintes requisitos:

**I** - residir no Município de Amaraji-PE há pelo menos 06 meses;

**II** - ser morador de áreas definidas com "sem condições de retorno imediato", conforme laudos técnicos da Secretária de Infraestrutura e Defesa Civil.

§ 1º. O beneficiário perceberá o auxílio mediante relatórios consubstanciados de acompanhamento elaborado pela equipe técnica, enquanto perdurar a situação de vulnerabilidade, sem desconsiderar o caráter temporário e eventual deste benefício.

§ 2º. Para concessão deste auxílio deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**I** - Certidão de Pessoa Física;

**II** - Registro Geral de Pessoa Física;

**III** - Comprovante de Residência, se houver;

**IV** - Comprovante de Renda Familiar, substituível por declaração e Parecer Social;

**V** - Laudo Técnico sobre a estrutura física do imóvel ou da área em que se encontra a família, que justifique sua remoção.

**Seção VI**  
**Do Auxílio de bens de consumo de primeira necessidade**

**Subseção I**  
**Definição**

**Art. 26.** O auxílio de bens de consumo de primeira necessidade constitui em prestação da assistência social, preferencialmente em forma de alimentos e outros itens integrantes de cesta básica, para reduzir a vulnerabilidade das famílias provocada pela falta de condições socioeconômicas.

**Subseção II**  
**Dos Beneficiários**

**Art. 27.** Os beneficiários do auxílio de bens de consumo de primeira necessidade são as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

**Subseção III**  
**Da Finalidade**

**Art. 28.** O auxílio de bens de consumo de primeira necessidade visa suprir a falta de condições socioeconômicas para aquisição de alimentos e itens essenciais constantes de cesta básica.

**Subseção IV**  
**Forma de Concessão**

**Art. 29.** O auxílio de bens de consumo de primeira necessidade poderá ser concedido em caráter provisório através dos seguintes bens de consumo:

**I** - cesta de alimentos;

**II** - gás doméstico;

**III** - outros bens de consumo de necessidade prioritária.

**Subseção V**  
**Dos Critérios Específicos**

**Art. 30.** Serão beneficiados com o auxílio as famílias vítimas das seguintes ocorrências:

**I** - desemprego, morte ou abandono da família pelo membro que sustenta o grupo familiar;

**II** - nos casos de emergência ou calamidade pública;

**III** - nos casos em que comprovada a incapacidade de adquirir bens de consumo que atendam às necessidades básicas da família.

**Parágrafo único** - Para concessão deste auxílio deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**I** - Certidão de Pessoa Física;

**II** - Registro Geral de Pessoa Física;

**III** - Comprovante de Residência, se houver;

**IV** - Comprovante de Renda Familiar, substituível por declaração e Parecer Social.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 31.** Compete ao Município de Amaraji-PE, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, destinar recursos para o custeio do pagamento dos benefícios eventuais, devendo constar de seus instrumentos de planejamentos.

**Parágrafo único** - O Poder Executivo poderá oferecer Palestras, Seminários, Cursos de Aperfeiçoamento, capacitações, incentivo de trabalhos voluntários, entre outros, como forma de promover o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social dos beneficiários dessa Lei.

**Art. 32.** A prestação de contas será operacionalizada pela Secretaria de Assistência Social, conforme legislação local.

**Parágrafo único** - Deverá ser encaminhada, anualmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social e Câmara Municipal de Amaraji, prestação de contas relativas aos benefícios eventuais concedidos, para acompanhamento.

**Art. 33.** Responderá civil e penalmente quem utilizar os benefícios eventuais para fins diversos ao qual é destinado, como também o agente público, que de alguma forma contribuir para a malversação dos recursos públicos objeto dos benefícios de que trata essa Lei.

**Art. 34.** As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria do Orçamento Municipal vigente, suplementadas se necessário.

**Parágrafo único** - O recebimento dos benefícios eventuais estabelecidos nesta Lei ficarão condicionados a existência de recursos financeiros suficientes para seu custeio.

**Art. 35.** O Poder Executivo poderá, mediante ato próprio, reajustar os valores referidos nesta Lei.

**Art. 36.** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 37.** O disposto no art. 42 não implicará a revogação dos demais benefícios existentes em outras Leis do Município de Amaraji-PE.

Amaraji-PE, 18 de janeiro de 2018.

**RILDO REIS GOUVEIA**  
**PREFEITO**